

O EIXO DE URBANIDADES DA RODOVIA RIO-SANTOS: CONFLITOS ENTRE O NOVO E O TRADICIONAL

Alunos: Matheus Cavalcanti Bartholomeu; Fernando São Thiago Tanscheit
Orientador: João Rua

Introdução

O estado do Rio de Janeiro passa por crescente metropolização em todo o seu território e este processo permite captar as diferenciações internas a essa urbanização e seus efeitos afetam as interações rural-urbano, criando novas territorialidades [1]. O maior adensamento de urbanidades no rural pode ocorrer preferencialmente ao longo de eixos cuja consolidação de um tipo diferente de ocupação é fomentada por grandes projetos rodoviários. Entre estes podemos selecionar as áreas fluminenses às cercanias do trecho da rodovia federal BR-101 compreendido entre a cidade do Rio de Janeiro (RJ) e Santos (SP), atrativas em virtude de geomorfologia vistosa e ricas fauna e flora.

Denominada, a fins turísticos, de Costa Verde, a região se insere, atualmente, como alvo de um modelo de progresso reforçado pelo discurso da sustentabilidade ambiental. A atribuição de grande potencial econômico por meio do discurso “ecológico” volta as atenções dos agentes políticos ao mercado imobiliário, impulsionando o êxodo das populações tradicionais, cuja principal e geralmente única fonte de renda é a utilização dos recursos naturais em atividades combinadas de agricultura, pesca, coleta e artesanato [2], de seus lugares de origem.

Objetivos

Evidenciar o processo de produção desse espaço, historicamente marcado por períodos de distintas organizações espaciais, cujos primeiros momentos giravam em torno de uma realidade mais local e pouco multidimensional. Com a mediação da técnica rodoviária, cercada de intencionalidades exploratórias aliadas ao discurso político de valorização do “verde”, as práticas tradicionais são confrontadas pela força desproporcional do poder hegemônico capitalista, sobretudo através do apropriação/expropriação da terra e de conseqüente alienação da força produtiva de seu meio de produção: a terra. Também objetivamos mostrar as conseqüências da relação entre os habitantes locais e os agentes das atividades de especulação imobiliária, relação em si ilustrativa de assimetria de poder, bem como ressaltar as estratégias de sobrevivência dessas populações frente às imposições do capital.

No bojo dos argumentos dos atores hegemônicos, podemos perceber um processo de mercantilização da natureza via apropriação/dominação pela empresa imobiliária, que usa o discurso da sustentabilidade ambiental em busca de um diferencial competitivo, trazendo também à tona a apropriação do valor-de-uso do caíçara, enquanto representante da tradição popular, pelo capital financeiro. Entendemos que isso está de acordo com a configuração atual do capitalismo, ao pensarmos na mercantilização do espaço através de uma supervalorização de sua dimensão econômica, calcada em condições forjadas como “únicas”, sejam naturais ou construídas, como maneira de reprodução ampliada do capital em um espaço mundializado. Esse discurso é redirecionado de acordo com seus interesses e atende a determinados públicos com a mera finalidade de vender seu produto, intensificando as discrepâncias na distribuição de renda e moradia.

Metodologia

Adotamos o método analítico-dialético para melhor entendimento das contradições expressas no espaço geográfico, inerente ao movimento de apropriação do capital, e por possibilitar mais efetivamente a explicitação das interações entre sujeito e objeto. Em alguns, momentos, nos apropriamos do método fenomenológico-hermenêutico, com sua ênfase no sujeito em detrimento do objeto, para que pudéssemos realizar a observação das culturas tradicionais. Assim, procurando integrar as abordagens dos desenvolvimentos geográficos desiguais, podemos perceber a emergência de novas territorialidades, frutos da imposição, de cooptações e/ou de resistência. Levamos em conta, ainda, que as análises teóricas devam sempre ter como perspectiva a realidade complexa com suas múltiplas interações, que, por sua vez, só podem ser compreendidas numa abordagem pluriescalar.

Considerações finais

Como resultado da pesquisa, fruto de trabalhos de campo e leituras direcionadas, foi possível perceber tanto o êxodo das populações tradicionais, entre elas as caiçaras, de seus lugares de origem, vendendo terrenos até então supostamente desvalorizados, quanto a manutenção desses habitantes no local de maneira precária, tendo sua terra apropriada/expropriada e ocasionalmente trabalhando como “caseiros” fora das altas temporadas. Percebemos, agora, no segundo momento de realização da pesquisa, outra forma de diálogo do tradicional frente ao novo, apreendendo novas estratégias de sobrevivência no confronto com o poder imobiliário e elevando, portanto, os preços dos serviços realizados destinados ao turista. Dessa maneira, a “cordialidade” local cada vez mais cede lugar à própria exploração dos férteis negócios próprios dos períodos de grande fluxo turístico.

Dentro desse contexto, encontramos focos de resistência e conflito importantes para a conservação dos ecossistemas ali presentes e, de maneira contraditória, para sua própria valorização pelo mercado. Fica clara a tentativa de aproximar a teoria da realidade na compreensão dos agentes/atores que modificam o espaço e no movimento migratório das populações tradicionais.

A pesquisa se encontra em um estágio de renovação de pesquisadores. Assim, toda a pesquisa bibliográfica e as análises da expansão da malha de urbanidades a partir da construção da rodovia Rio-Santos na área de estudo serão repassadas e, de certa maneira, rediscutidas. O intuito é dar continuidade ao trabalho, dado que este se insere em um grupo de pesquisa maior, que possui como uma de suas linhas de pesquisa o desenvolvimento territorial e a formação do enclave turístico no sul fluminense.

Referências

- 1 - RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. *In*: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 143-194.
- 2 - DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana . Os pescadores artesanais e a questão ambiental. **Propostas Alternativas**, v. 53, p. 31-35, 1992.